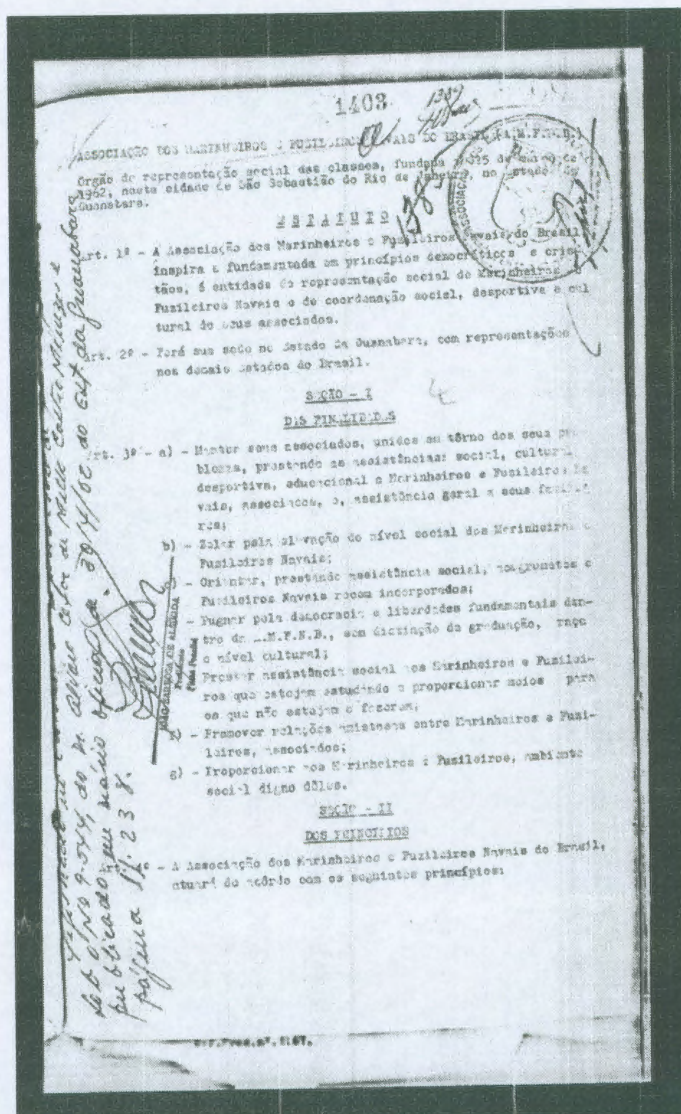


UNIDADE DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL PELA ANISTIA - UMNA

NOSSA HISTÓRIA

Fundada em XX de XXXXX de 1983, ainda como União dos Militares Não-Anistiados, a UMNA tem em seus quadros militares e ex-militares da Marinha do Brasil alcançados pelos Atos Institucionais e outras iniciativas de cunho repressivo adotados pelo regime ditatorial a partir do golpe de 1964. Especialmente praças que, no contexto daquela ruptura democrática, eram membros e/ou apoiadores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), entidade diretamente vinculada à UMNA, que, assim como esta, teve suas origens na luta histórica desses militares pela democracia, direitos e garantias sociais.

ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS DO BRASIL - Resultado desse processo histórico, a AMFNB, fundada em 25 de março de 1962 com base no § 12 do Artigo 141 da Constituição Federal de 1946, era definida, segundo o Artigo 1º de seu estatuto, como: "órgão de representação social das classes de Marinheiros e Fuzileiros Navais e de coordenação social, desportiva e cultural de seus associados". Uma entidade que figurou como experiência peculiar entre as mobilizações e levantes marinheiros ocorridos no século passado, haja vista sua organização e caráter sindical e, principalmente, sua atuação assistencial e política em favor não apenas de seus associados e apoiadores, mas de todo o segmento de praças da Marinha do Brasil nas graduações até cabo.



Estatuto da AMFNB

Fonte: Projeto Brasil Nunca Mais Digital - BNM Digit@l

SE POSSÍVEL, INSERIR LINK QUE DIRECIONE O VISITANTE DIRETO PARA O DOCUMENTO COMPLETO NA "GALERIA DE IMAGENS E DOCUMENTOS HISTÓRICOS".

Não obstante em 23 de novembro de 1964 o juiz Renato Lomba ter determinado o fim das atividades da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, após julgar procedente o mandado impetrado pela União, no dia 29 de julho, para averbação de sua dissolução, a AMFNB manteve-se efetivamente em atividade durante aproximadamente dois anos, haja vista que, na prática, seu funcionamento foi impedido imediatamente após o golpe. Durante esse período, em especial a partir de abril de 1963, quando tomou posse na diretoria da associação um grupo de militares mais combativos,

a AMFNB atuou fortemente, junto à alta-administração naval em busca de alcançar e ampliar direitos e garantias sociais, entre os quais destacavam-se: reconhecimento da AMFNB pela administração naval e a autorização para que pudesse realizar o desconto das mensalidades de seus associados diretamente em folha de pagamento; reformulação dos regulamentos internos no sentido de assegurar direitos como liberdade para contrair matrimônio e transitar sem farda em locais públicos quando fora de serviço; melhores condições de trabalho, principalmente a bordo dos navios; melhorias na carreira, especialmente com vistas a concessão de estabilidade para cabos, marinheiros e soldados; garantias para que pudessem dar seguimento aos seus estudos, notadamente aqueles que serviam embarcados; melhores nas remunerações e direito ao voto. Em um primeiro instante essas e outras reivindicações foram levadas à alta-administração naval, mas, sem um retorno favorável e no contexto político e social tensionado da época, a AMFNB guinou para o campo político, manifestando publicamente seu apoio ao então Presidente da República e, portanto, comandante supremo das Forças Armadas, João Goulart e seu projeto reformista.

No dia 25 de março de 1964, por conta da celebração do segundo aniversário da AMFNB, foi organizado um evento nas dependências da sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, conhecido como "Palácio de Aço", local cheio de simbolismo no bairro carioca de São Cristóvão. Na ocasião, esteve presente, com grande destaque, o marinheiro João Cândido Felisberto, o "Almirante Negro", liderança da chamada "Revolta da Chibata" que, junto à "Revolta do Batalhão Naval", ocorridos, respectivamente, nos meses de novembro e dezembro de 1910, figuram como marcos históricos das origens da AMFNB e da própria UMNA da qual João Cândido é o patrono.

A presença de João Cândido naquela assembleia, por si só, evidencia a relação de continuidade entre a mobilização da AMFNB e o movimento de 1910, e, principalmente, a identificação dos marinheiros e fuzileiros navais de 1964 com aqueles que lutaram em 1910 e suas demandas, personificados naquele sindicato pela sua principal e mais emblemática liderança.



João Cândido Felisberto – o “Almirante Negro”, liderança da “Revolta da Chibata” (1910) – ao lado do marinheiro José Anselmo dos Santos, então presidente da AMFNB.

Fonte: Jornal Última Hora (RJ), em 27 de março de 1964

SE POSSÍVEL, INSERIR LINK QUE DIRECIONE O VISITANTE DIRETO PARA O DOCUMENTO COMPLETO NA “GALERIA DE IMAGENS E DOCUMENTOS HISTÓRICOS”.

No contexto político e social tensionado em que se encontrava o país à época, e diante do agravamento da crise entre a alta administração naval e a AMFNB, nos dias que antecederam à realização da assembleia e até durante sua realização, várias de suas lideranças foram detidas e muitos militares impedidos de saírem de suas unidades. Foram observados enfrentamentos em alguns navios e organizações militares de terra, como o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) onde marinheiros e fuzileiros que tentavam sair com destino ao “Palácio de Aço” foram alvo, inclusive, de disparos de armas de fogo.

Diante desse quadro, a assembleia comemorativa converteu-se em ato de permanente mobilização no “Palácio de Aço” e ganhou assim contornos de uma grave crise institucional na força naval. O Ministro da Marinha, almirante Sílvio Borges de Sousa Mota, determinou ao almirante fuzileiro naval Cândido da Costa Aragão, então Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, que um destacamento de fuzileiros fosse enviado ao sindicato para colocar fim à assembleia. Ao alegar não poder cumprir aquela ordem, Aragão pediu exoneração do cargo e foi afastado de suas funções. Um grupo de fuzileiros foi então enviado, conforme determinado pelo almirante Sílvio Mota, mas, ao chegarem em frente ao sindicato, vinte e seis daqueles militares depuseram suas

armas e entraram no “Palácio de Aço”, juntando-se às centenas de marinheiros e fuzileiros ali reunidos.

Na ocasião, o então presidente da AMFNB, marinheiro José Anselmo dos Santos, leu um discurso no qual apresentava algumas demandas da associação e posicionava, publicamente, a entidade no cenário de notada polarização vivenciado pelo país. Seguem alguns trechos do referido discurso:

Aceite senhor presidente, a saudação de marinheiros e fuzileiros navais do Brasil, que são filhos e irmãos dos operários, dos camponeses, dos estudantes, das donas-de-casa, dos intelectuais e dos oficiais progressistas das nossas Forças Armadas. [...] Aceite senhor presidente, a saudação do povo fardado que, com ansiedade, espera a realização efetiva das Reformas de Base (sic.) que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis. A Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil completa, neste mês de março, o seu segundo aniversário. E foram condições históricas, a fome, as discriminações, os anseios de Liberdade (sic.), as perseguições e as injustiças sofridas que determinaram a criação de uma sociedade civil, realmente independente, com a finalidade de unir, através da educação, da cultura e da recreação marinheiros e fuzileiros navais do Brasil. [...]

Fonte: Jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ), em 26 de março de 1964

SE POSSÍVEL, INSERIR LINK QUE DIRECIONE O VISITANTE DIRETO PARA O PERIÓDICO COMPLETO NA “GALERIA DE IMAGENS E DOCUMENTOS HISTÓRICOS” OU NO SITE DA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

Neste cenário, ainda no dia 26, tropas do 1º Batalhão de Guardas do Exército Brasileiro, unidade militar sediada no bairro de São Cristóvão, foram enviadas para evitar um “banho de sangue” no sindicato e garantir a integridade física dos militares e civis reunidos naquele local. O almirante Silvio Mota manteve o afastamento do almirante Candido Aragão e em seguida solicitou ao Presidente João Goulart sua exoneração do cargo no Ministério da Marinha. No gozo de uma prerrogativa que lhe assiste enquanto comandante das Forças Armadas, João Goulart exonerou Silvio Mota e nomeou o almirante da reserva Paulo Mario da Cunha Rodrigues para a pasta naquele Ministério. Titular de uma vaga no Tribunal Marítimo, Paulo Mario atuou no sentido de debelar a

crise que se instaurara na força naval. O novo ministro determinou que os militares reunidos no sindicato fossem levados para o 1º Batalhão de Guardas do Exército e lá permanecessem presos até ordem em contrário. Paulo Mario tomou uma série de medidas que descontentaram profundamente o Almirantado. Entre as quais destacamos a anistia a todos os marinheiros e fuzileiros envolvidos nos episódios do "Palácio de Aço" e a recondução de Aragão ao Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

O Conselho do Almirantado e o Clube Naval passaram então a emitir uma série de notas e manifestos públicos em desagravo aos atos do ministro Paulo Mário e do Presidente João Goulart. A questão na Marinha contribuiu para o agravamento da crise política no país e a consequente opção pela ruptura democrática por meio do golpe de Estado, principalmente dentro das Forças Armadas. Assim, na noite de 1º de abril foi declarada vaga a Presidência da República, mesmo estando o presidente João Goulart em território nacional, e o Presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Ranieri Mazzilli, foi empossado na Presidência da República, ainda que de maneira figurativa, pois, o controle de fato estava com o autointitulado Comando Supremo da Revolução.

No dia 3 de abril o almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, representante da Marinha do Brasil no referido Comando da Revolução, determinou a instauração de inquérito para apurar os fatos ocorridos na assembleia da AMFNB no dia 25 de março. Sucederam-se então portarias determinando expulsões, afastamentos e transferências para a reserva; tanto de oficiais quanto de praças simpáticos ao governo Goulart e/ou ao movimento fuzinauta. Muitos marinheiros foram expulsos sumariamente da força naval sem sequer serem submetidos ao devido processo administrativo, o que lhes era garantido pelos regulamentos uma vez que tinham seus compromissos vigentes com a Marinha. Posteriormente, muitos daqueles militares foram submetidos a processos na esfera da justiça militar. Sendo a grande maioria condenada à revelia, devido ao fato de que, após sumária exclusão das fileiras navais por ocasião do golpe, muitos fugiram ou voltaram para suas cidades de origem, ou ainda ingressaram na clandestinidade, alguns inclusive partindo para a luta armada durante os anos que se seguiram. Ordens de prisão aos membros da diretoria da AMFNB e outros associados/apoiadores foram encaminhadas às delegacias, incumbindo, principalmente,

as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) de encontrá-los e prendê-los.

Em 29 de julho a União entrava com um mandado para averbação de dissolução da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que em 23 de novembro foi julgado procedente pelo juiz Renato Lomba, determinando o fim das atividades da associação fuzinauta.

UNIÃO DOS MILITARES NÃO-ANISTIADOS - A presença de João Cândido naquela assembleia, por si só, evidencia a relação de continuidade entre a mobilização da AMFNB e o movimento de 1910, e, principalmente, a identificação dos marinheiros e fuzileiros navais de 1964 com aqueles que lutaram em 1910 e suas demandas, personificados naquele sindicato pela sua principal e mais emblemática liderança. Nesse sentido, muitos daqueles militares que, membros e/ou apoiadores da AMFNB, foram perseguidos por ocasião do golpe de 1964 e durante os anos de ditadura que se seguiram, reuniram-se, ainda durante o regime militar, para buscar a Anistia e todos os direitos / reparações que dela pudessem desdobrar, fundando então a União dos Militares Não-Anistiados, cuja data de aniversário, 25 de março, difere, propositalmente, da data de fundação na medida em que seus membros entendem a entidade como parte de um processo que remonta à própria AMFNB.

Durante XXXX anos, a União dos Militares Não-Anistiados atuou junto ao governo federal no intuito de buscar a Anistia para todos aqueles que representava, os quais, citando aqui apenas os da Marinha, encontravam-se entre os cerca de 1500 militares perseguidos e de algum modo excluídos da força naval. Cabe mencionar ainda que a UMNA também representou, na busca por reparação, dezenas de cabos da Força Aérea Brasileira (FAB) que foram licenciados da instituição naquele contexto.

TEMOS O ESTATUTO DA UNIÃO DOS MILITARES NÃO-ANISTIADOS????

CITAR QUEM FOI O PRIMEIRO PRESIDENTE

CITAR ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CONQUISTAS DA UNIÃO DOS MILITARES NÃO-ANISTIADOS E, PRINCIPALMENTE, O QUANTITATIVO APROXIMADO DE MILITARES QUE ALCANÇARAM A ANISTIA POR SEU INTERMÉDIO.

No ano de XXXXX, durante a gestão de Paulo Novaes Coutinho em sua presidência, a UMNA adquiriu sua sede própria, na qual hoje se encontra instalada, em edifício situado no centro da cidade do Rio de Janeiro, ao lado do Teatro Municipal.

Em XXXXX, dado o êxito alcançado na busca pela Anistia de seus representados, a União dos Militares Não-Anistiados alterou seu estatuto, mudando, nessa ocasião, sua denominação. Passando desde então a chamar-se Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA), define-se no §1º do Art.1º de seu estatuto como:

[...] associação civil, com personalidade jurídica própria, sem finalidade lucrativa e político-partidária [...] inspirada e fundamentada em princípios democráticos, de representatividade, político-filosófica e científico-cultural dos militares das Forças Armadas, Forças Auxiliares e Civis punidos pelo movimento militar instalado no Brasil em março de 1964 [...]

Apresenta ainda, no § 2º desse mesmo Artigo, o seguinte objetivo principal:

Objetiva lutar pela extensão, manutenção e abrangência das anistias já promulgadas a todos os militares e civis que foram expulsos, licenciados "ex-officio", demitidos ou punidos de modo geral, declarados mortos por atos institucionais ou complementares, portarias ministeriais e atos administrativos de sindicatos, empresas privadas e estatais, autarquias, fundações, Forças Armadas e Auxiliares, exarados pelo movimento militar de março de 1964, além de outros movimentos anteriores ou que posteriormente venham a ocorrer.

SE POSSÍVEL, INSERIR LINK QUE DIRECIONE O VISITANTE DIRETO PARA O ESTATUTO COMPLETO E ATUALIZADO DA UMNA

CITAR QUEM FOI O PRIMEIRO PRESIDENTE NESTA FASE DA UMNA

CITAR ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CONQUISTAS DA UNIDADE DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL PELA ANISTIA E, PRINCIPALMENTE, O QUANTITATIVO APROXIMADO DE MILITARES QUE ALCANÇARAM A ANISTIA POR SEU INTERMÉDIO.

Dentre as diferentes ações e iniciativas adotadas e apoiadas pela UMNA, destacam-se as seguintes:

- Adoção do marinheiro João Cândido Felisberto, o "Almirante Negro", como seu patrono e a inauguração de uma estátua sua, no ano de XXXXXX – originalmente instalada na Praça XV de Novembro – hoje exposta na Praça Marechal Âncora, região central da cidade do Rio de Janeiro.
- Batismo com o nome *João Cândido* do petroleiro construído em 2010 no estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco, que, com 274 metros de comprimento, ainda figura como um dos maiores navios já fabricados no Brasil.
- Criação do Museu Marinheiro João Cândido, em XXXX no município de São João de Meriti – RJ onde residiu durante anos o "Almirante Negro", no qual uma das salas leva o nome de José Alípio Ribeiro, membro da AMFNB e ex-presidente da UMNA falecido em 2024.

- OUTRAS INICIATIVAS QUE SE DESEJE DESTACAR AQUI

UNIDADE DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL PELA ANISTIA - UMNA

QUEM SOMOS

Com sede na região central da cidade do Rio de Janeiro, a Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA) atua, há mais de quarenta anos, como entidade política de defesa dos Direitos Humanos, com foco na luta pela garantia de Anistia daqueles militares; notadamente marinheiros, soldados e cabos da Marinha do Brasil; alcançados pelos Atos Institucionais e outras iniciativas de cunho repressivo adotados pelo regime ditatorial instalado no Brasil a partir do golpe de 1964.

A UMNA tem como patrono o marinheiro João Cândido Felisberto, o "Almirante Negro", destacada liderança do levante dos marinheiros de 1910, a chamada "Revolta da Chibata"; remetendo assim à trajetória histórica de luta por direitos por parte desse segmento de praças da Marinha.

Sua atual Diretoria é composta pelos seguintes integrantes:

- Presidente: Paulo Novaes Coutinho
- Vice-Presidente: Joaquim Aurélio de Oliveira

- OUTROS CARGOS QUE DEVAM FIGURAR NO SITE

- XXXXXXXXXXXXXXXXX

- XXXXXXXXXXXXXXXXX

Realiza-se, mensalmente; nas dependências do Colégio João Lyra Filho, situado no bairro de Quintino Bocaiúva, na cidade do Rio de Janeiro; uma reunião de associados e colaboradores eventualmente convidados onde são deliberados temas de importância administrativa e, principalmente, aqueles relativos à atuação da UMNA.

OUTROS CONTEÚDOS